



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Gabinete da Presidência
Memória da Reunião do Comitê Gestor de 9 de abril de 2014

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Presidência do Instituto Chico Mendes, as 9 horas, teve início a reunião do Comitê Gestor deste Instituto, com os seguintes participantes: Roberto Ricardo Vizentin (presidente), Anna Flavia de Senna Franco (diretora da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - Diplan); Marcelo Marcelino de Oliveira (diretor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – Di-bio); João Arnaldo Novaes Júnior (diretor da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - Disat); Giovanna Palazzi (diretora da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - Diman); Roberto Rodriguez Suarez (chefe de Gabinete); Bruna de Vita (assessora técnica da Diman); João Freire (Supervisor de Comunicação); José Lopes (coordenador da Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação-CGFIN); Ugo Vercillo (coordenador da Coordenação Geral de Manejo para Conservação-CGESP); Daniela Costa (COCAM/CGFIN); e Cesar Viana (coordenador da Coordenação de Planejamento-COPLAN).

Pauta:

Temas para deliberar:

1. Modelagem de processos prioritários; e
2. Instrução Normativa sobre compensação ambiental.

Apresentação para discussão:

1. Proposta de revisão do escopo dos Centros Marinhos; e
2. Balanço das prioridades e entregas de 2014.

Informes:

1. Avaliação Quali-quantitativa do Quadro de Servidores da TI para a auditoria do TCU;
2. Programação de viagens; e
3. Gestão da fauna.

ABERTURA DA REUNIÃO.

A reunião teve início com o chefe do Gabinete, Roberto Suarez, dando boas vindas aos presentes e procedeu a leitura da pauta, consultando aos presentes se havia proposta de alteração ou inserção de novos temas. Não havendo nenhuma proposta, o presidente solicitou que a diretora da Diplan, Anna Flávia, apresentasse o primeiro tópico da pauta.

I – TEMAS PARA DELIBERAÇÃO.

O primeiro item da pauta, Modelagem de processos prioritários, foi inicialmente comentado em suas linhas gerais pela diretora da Diplan, Anna Flávia. Considerada como a melhor estratégia neste momento de exercício final de gestão, informou que a modelagem foi executada a partir do mapeamento dos atuais fluxos de trabalho e resultará na melhor organização dos procedimentos.

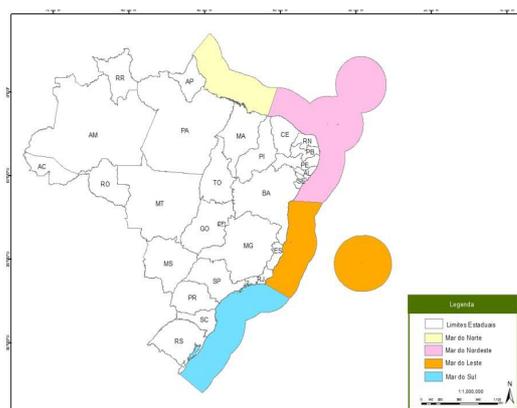
Em seguida o coordenador de Planejamento, Cesar Viana, apresentou a validação do processo de priorização da modelagem institucional, conforme depreendido do trabalho realizado pelo Grupo Gestor composto por representantes das Diretorias e Presidência do ICMBio durante oficinas realizadas com assessoramento da empresa NEXUCs. Esclareceu que o método utilizado considerou a realidade orçamentária do ICMBio e estabeleceu a relação entre os 39 processos existentes e os 10 temas estratégicos aprovados pelo Comitê Gestor, priorizando-se os processos identificados como diretamente relacionados aos temas estratégicos, criticidade atual e potencial de melhoria, sendo que alguns também envolvem as Coordenações Regionais e as Unidades Avançadas de Administração e Finanças: Comunicação; Concessões públicas; Fiscalização; Avaliação de Impactos; Regularização Fundiária; Elaboração e Revisão de Planos de Manejo; Uso Público (Visitação); Licitação e Contratos; Monitoramento; e Produção e Uso Sustentável. Foi proposto cronograma de atividades visando o mapeamento dos processos em dois blocos, envolvendo capacitação dos membros do Grupo Gestor, com conclusão prevista para outubro de 2014. A diretora Anna Flávia informou que serão gerados três produtos: matriz, organograma e procedimentos, sistematizados na forma de um “livreto” a ser encaminhado a cada servidor do Instituto. Após manifestações dos participantes e avaliações dos trabalhos desenvolvidos, o Comitê Gestor validou os processos prioritários e o cronograma de atividades, conforme a tabela.

| BLOCO 1 (1º Semestre) | BLOCO 2 (2º Semestre) |
|-------------------------|---|
| Comunicação | Elaboração e Revisão de Plano de Manejo |
| Concessão | Uso Público (Visitação) |
| Fiscalização | Licitação e Contrato |
| Avaliação de Impacto | Monitoramento |
| Regularização Fundiária | Produção e Uso Sustentável |

O próximo ponto da pauta, proposta de Instrução Normativa sobre compensação ambiental, teve início com exposição da diretora da Diplan, Anna Flávia, contextualizando as ações necessárias decorrentes da edição do Acórdão TCU 1.853/2013. Dentre elas destacou a necessidade urgente de regular os procedimentos administrativos para a celebração dos Termos de Compromisso para cumprimento da obrigação da compensação ambiental para as unidades de conservação federal, considerando a impossibilidade de novos depósitos na conta vinculada junto à Caixa Econômica Federal e, também, da necessidade de definir a aplicação dos recursos disponíveis nessa conta. Expôs a avaliação de que, além da possível dificuldade de execução direta das atividades da compensação por parte dos empreendedores licenciados, haverá uma sobrecarga de trabalho para o ICMBio no sentido de acompanhar a execução, avaliação dos valores apresentados etc., sendo que inexistente estrutura administrativa e equipe funcional para atender a essas novas atribuições. O coordenador geral de Finanças e Arrecadação, José Lopes, realizou apresentação sobre os pontos mais relevantes inseridos na proposta da nova normativa para substituir a IN 20/2011, que contempla o processo administrativo, forma de cumprimento da compensação ambiental, atualização dos valores da compensação, gerenciamento do Termo de Compromisso, plano de trabalho, solicitação de aplicação de recursos e termo de referência, aquisição de imóveis, prestação de contas e o descumprimento das obrigações previstas no TCCA. A diretora Anna Flávia explicou que, em que pese a preocupação do TCU sobre o controle dos recursos, os empresários estão preocupados com a demora na definição e já manifestaram ansiedade quanto aos valores operacionais referentes à execução direta e sobre a taxa de atualização a ser aplicada. O presidente elogiou a iniciativa da IN porque o ICMBio deve buscar soluções no curto prazo para não paralisar o procedimento da compensação ambiental, mas de ser imprescindível levar esse debate a um nível mais amplo por envolver outras instituições do governo federal, e mais diretamente o Ibama e o MMA. Foi avaliado se a normativa mais apropriada seria a IN do ICMBio ou um decreto da presidência da República. O diretor da Disat, João Arnaldo, propôs agenda específica entre os diretores para discutir aspectos não impeditivos do referido Acórdão. Após debates e sugestões sobre a minuta da IN apresentada, ficou encaminhada a revisão do texto para reduzir conceitos e terminologias e de se realizar reunião específica da Diretoria com participação da PFE e representante do MMA, a ser oportunamente agendada.

II – APRESENTAÇÃO PARA DISCUSSÃO.

O diretor da DIBIO, Marcelo Marcelino, citou que apesar da Diretoria já prever uma revisão do escopo dos Centros de Pesquisa e Conservação, o trabalho decorreu de demanda do MMA. Informou que foi realizada em Brasília ao final de 2013 uma discussão sobre o escopo de atuação dos centros marinhos (CMA, TAMAR, CEPENE, CEPESUL, CEPNOR e CEPERG), a partir de uma visão inicial apresentada pela Diretoria, com os coordenadores e representantes dos servidores destes centros. Esta discussão subsidiou o documento ora apresentado, que traz a visão consolidada da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade sobre a questão. O Coordenador Geral de Manejo para Conservação, Ugo Vercilio, iniciou a apresentação citando que a avaliação focou os 4 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação de Recursos Pesqueiros que retornaram ao Instituto por meio do Decreto nº 8.099, de 04/setembro/2013 (Litoral Norte/CEPNOR, Litoral Nordeste/CEPENE, Litoral Sul e Sudeste/CEPSUL e Lagunares e Estuarinos/CEPERG), além do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos/CMA e no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas/TAMAR. As principais propostas da revisão consistem em: integrar os esforços de pesquisa, monitoramento e conservação por meio de programas, conduzidos a partir de quatro centros de biodiversidade marinha definidos conforme o recorte fisiográfico do litoral brasileiro, representado no mapa abaixo (mar do Norte, mar do Nordeste, mar do Leste e mar do Sul), com a preservação dos trabalhos de longo prazo e em rede realizadas para o monitoramento dos mamíferos marinhos e das tartarugas marinhas.



Em termos estruturais esta proposta significa a integração dos atuais CEPNOR, CEPENE e CEPESUL para atuar, respectivamente, como os centros de biodiversidade marinha do mar do Norte, mar do Nordeste e mar do Sul, e a ampliação do escopo do TAMAR para abrigar, além do trabalho de conservação das tartarugas marinhas em todo o litoral brasileiro, a atuação como o centro de biodiversidade marinha do mar do Leste. Inclui a manutenção do CMA como centro temático especializado em mamíferos aquáticos para todo o litoral brasileiro, com foco principal no enfrentamento das ameaças às espécies de cetáceos e na coordenação da Rede de Encalhes e Informações de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB), em articulação com os demais centros marinhos, além da ação supervisora sobre os trabalhos de conservação e manejo dos peixes-bois, que passarão a ser executados sob a responsabilidade dos centros de biodiversidade marinha do mar do Norte e do Nordeste. A mudança de foco no escopo do CMA traz a indicação da mudança da sua sede para uma localização geográfica mais próxima às principais áreas de ocorrência dos cetáceos, entre a Bahia e a região sudeste e sul do país. Sobre o CEPERG, apesar das argumentações apresentadas, a Diretoria manteve o entendimento pela integração da sua estrutura e pessoal ao centro de biodiversidade marinha do mar do Sul, como base avançada para desenvolvimento de trabalhos de pesquisa no extremo litoral Sul do país, sobretudo em apoio ao manejo das unidades de conservação federais nesta região.

Quanto aos Programas a serem priorizados, a proposta sugere: Pesquisa e Monitoramento do Estado de Conservação das Espécies e *Habitats*; Gestão de Conhecimento; e Manejo para Conservação das Espécies. Após considerações e esclarecimentos complementares, os diretores avaliaram positivamente a proposta, aprovando-a no mérito. Foi fixada a data de 25 de abril para apresentação de ajustes, ao término do prazo a proposta será considerada aprovada com os ajustes incorporados. Na sequência o presidente, Roberto Vizentin, informou que realizará reuniões específicas com as Diretorias para, junto com diretores e coordenadores gerais, para fazer um nivelamento do nível de execução das prioridades e entregas institucionais pactuadas para este ano. Destacou já ter realizado com a DISAT e de já estar agendado com a DIMAN para esta semana, sendo que as demais Diretorias serão encaixadas na agenda dos próximos dias.

III – INFORMES.

A diretora Anna Flavia informou que, em atendimento à recomendação da Controladoria Geral da União, foi elaborado estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro de servidores da área de Tecnologia da Informação no ICMBio. Atualmente o quadro é composto por três servidores efetivos, sendo um Analista Ambiental e os outros dois Analistas de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, constituindo quantitativo insuficiente ao atendimento das necessidades institucionais. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC, que propôs um quadro de 36 servidores para lotação na área de TI. Como encaminhamento, ficou acordado que a Alta Administração irá propor ao CGTIC o envio da sugestão ao Ministério do Meio Ambiente para servir de base justificada e embasada para negociações de concessão de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE para trazer técnicos de TI para o Instituto. Na sequência, o chefe de Gabinete, Roberto Suarez, informou aos diretores que recorrentemente tem chegado planilhas para aprovação de viagens fora do prazo regimental, o que vem acarretando custos maiores, conforme comprovado no levantamento dos valores das tarifas normais e das pagas, destacando a importância da antecedência da solicitação de emissão para economia nas tarifas. A diretora da DIMAN, Giovanna Palazzi, acrescentou observação sobre a demora que a empresa contratada às vezes apresenta nas emissões, mesmo quando antecipadamente solicitada a viagem, levando as cotações à defasagem e fazendo a PCDP retornar para ajustes. A diretora da DIPLAN ponderou que o fato de o ICMBio estar com atraso no pagamento de algumas faturas desse contrato pode ser a justificativa para a empresa não realizar emissões muito antes. Entretanto, pediu também que as Diretorias observem o fluxo de aprovação das viagens pelos proponentes, acreditando ser esse um dos principais motivos de perda de cotação. Assim, como encaminhamento, comprometeu-se em conversar com a empresa no sentido de solicitar celeridade nas emissões para que seja evitado eventual prejuízo financeiro ao ICMBio. O diretor da DIBIO, Marcelo Marcelino, informou que a ministra do Meio Ambiente pediu a criação de um grupo para discutir a gestão da fauna, considerando os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. Após a publicação da Portaria nº 37, em 28 de janeiro de 2014 no Diário Oficial da União, foi formalizado o Grupo de Trabalho de Gestão da Fauna Brasileira, que terá como premissa o assessoramento ao Ministério do Meio Ambiente na gestão da fauna, incluindo análise das normas e regulamentações existentes e a formulação de novas propostas. Informou que, da primeira reunião, já foi possível extrair alguns direcionamentos, como a identificação de que a legislação não dá competências ao ICMBio sobre a gestão da fauna, assim como também confere ao IBAMA e ao MMA diversas atribuições sobre o tema. Essa constatação levou o Grupo à conclusão de que precisam propor mudanças nos instrumentos legais para ajustar quais competências caberão a cada um dos órgãos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião agradecendo a participação de todos. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.